

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

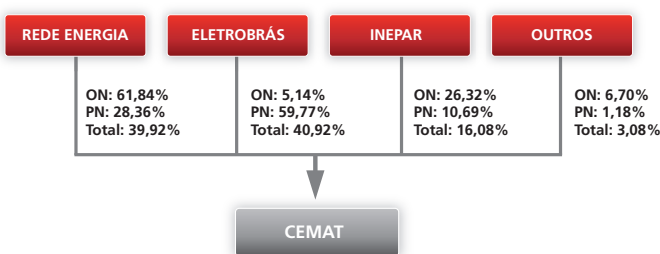
Senhores Acionistas,

A Administração das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. CEMAT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, das Demonstrações Financeiras Patrimoniais, pelas Demonstrações dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, dos Valores Adicionados e do Balanço Social, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A Companhia

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT" ou "Companhia" ou "Concessionária"), é uma concessionária de energia elétrica e uma "Concessão por ação", de capital aberto, controlada pela Rede Energia S.A. (em Recuperação Judicial) que, em 31 de dezembro de 2012, detinha 61,84% das ações ordinárias, 28,36% das ações preferenciais e 39,92% do total de ações. A concessão da CEMAT abrange todo o Estado do Mato Grosso, beneficiando aproximadamente 3,0 milhões de habitantes, em um total de 141 municípios, distribuídos em uma área de 903.358 km².

Estrutura Acionária no Final do Exercício de 2012



A CEMAT foi criada em outubro de 1958 e abriu o seu capital em outubro de 1994. A partir de setembro de 1996, foi controlada pela Rede Energia S.A. (em Recuperação Judicial) e o Sr. Jaconias de Aguiar foi designado como Interventor. Ao Sr. Jaconias foram conferidos plenos poderes de gestão e administração sobre as operações e ativos da Concessionária, competindo a ele, dentre outras atribuições (i) praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da Intervenção; (ii) identificar e relatar à ANEEL, quaisquer irregularidades, eventualmente praticadas pelos administradores da Concessionária, decorrentes de atos ou omissões; e (iii) convocar, com exclusividade, a assembleia geral nos casos em que julgar conveniente.

Ainda nos termos da Resolução nº 3.647, foi dado um prazo de 60 dias, para que a Assembleia de Acionistas apresentasse à ANEEL, um plano de recuperação e correção de falhas e transgressões que ensejaram a Intervenção. Dessa forma, em 26 de outubro de 2012, o representante legal do Acionista Controlador protocolizou um Plano de Recuperação, que continua sob a análise da ANEEL. No caso de deferimento, a Intervenção poderá encerrar-se antes do prazo de um ano.

Recuperação Judicial das Controladoras e Coligadas da CEMAT
Em novembro de 2012, as controladoras indiretas da CEMAT, bem como sua controladora direta Rede Energia S.A. e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE") e a QMRA Participações S.A. ("QMRA") ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial.

Embora alguns contratos de empréstimos e financiamentos da CEMAT possuem cláusula de vencimento antecipado, por força de eventos que envolvam sua controladora (como o pedido de "Recuperação Judicial"), a companhia obteve anuência de seus credores e nenhum deles declarou vencimento antecipado. A CEMAT tem honrada regularmente com as obrigações assumidas nos seus contratos financeiros.

Assim, a propositura do Pedido de Recuperação Judicial pelas controladoras e coligadas não afetou a gestão operacional da Companhia. Entretanto, a crise vivenciada pela Rede Energia (em Recuperação Judicial), que culminou no referido Pedido, dificultou o acesso da CEMAT a linhas de crédito para realização de investimentos e capital de giro.

Desempenho Operacional

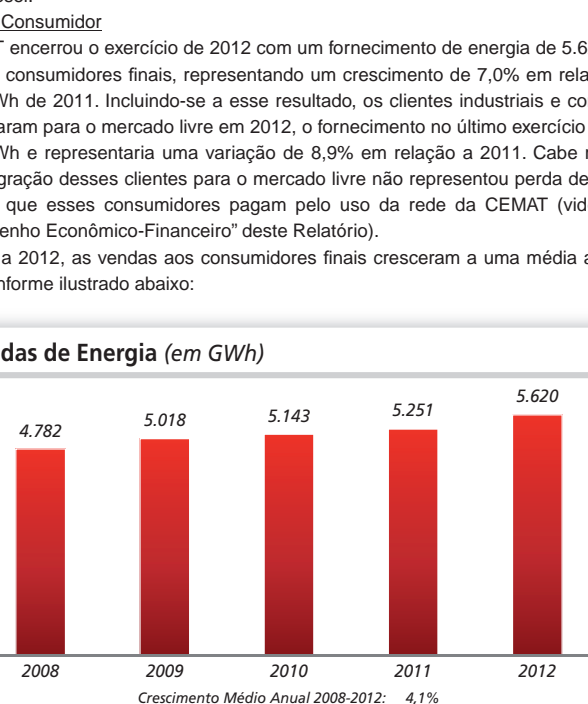
A CEMAT encerrou o exercício de 2012 atendendo 1.170.006 unidades consumidoras. A maior parte da energia para atendimento desse mercado, ou seja 99,69%, foi comprada de Empresas Coligadas, Autoprodutores, Produtores Independentes e das empresas ofertantes dos Leilões da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), e o restante, 0,31%, foi proveniente de Geração Própria por meio de usinas térmicas movidas a óleo diesel.

Mercado Consumidor

A CEMAT encerrou o exercício de 2012 com um fornecimento de energia de 5.620 GWh aos seus consumidores finais, representando um crescimento de 7,0% em relação aos 5.251 GWh de 2011. Incluindo-se a esse resultado, os clientes industriais e comerciais que migraram para o mercado livre em 2012, o fornecimento no último exercício atingiria 6.752 GWh e representaria uma variação de 8,9% em relação a 2011. Cabe ressaltar que a migração dos clientes para o mercado livre não representou perda de receita, uma vez que esses consumidores pagam pelo uso da rede da CEMAT (vide tópico "Desempenho Econômico-Financeiro" deste Relatório).

De 2008 a 2012, as vendas aos consumidores finais cresceram a uma média anual de 4,1%, conforme ilustrado abaixo:

Vendas de Energia (em GWh)



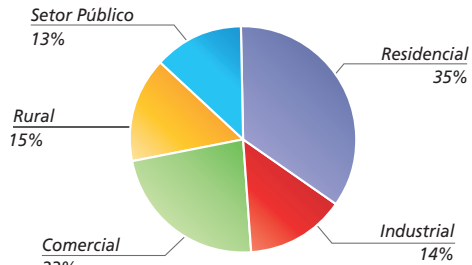
A classe residencial é a mais representativa da Companhia, com 35,1% dos MWh vendidos e 76,1% do número total de consumidores (vide gráficos a seguir). A classe residencial apresentou um expressivo crescimento de 9,5% no consumo de energia elétrica, passando de 1.799 GWh em 2011 para 1.970 GWh em 2012, e um crescimento de 6,6% no número de consumidores, o que significa um incremento de 55,2 mil novos clientes. As principais razões para o bom desempenho da classe foram: maior oferta de empregos no Estado e aumento da renda média per capita.

Variações da Vendas em MWh, por Classe de Consumo:

	2011	2012	Var. %
Residencial.....	1.970.023	1.798.630	9,5%
Comercial.....	1.303.934	1.219.582	6,9%
Rural.....	818.150	726.036	12,7%
Industrial.....	806.826	827.774	-2,5%
Sector Público.....	710.822	668.672	6,3%
Própio.....	10.137	10.131	0,1%
Total.....	5.619.892	5.250.825	7,0%

Perfil das Vendas em MWh, em 2012:

Perfil das Vendas (em GWh)



A classe comercial, a segunda mais representativa da Companhia, com participação de 23,2% no total de MWh vendidos, apresentou um crescimento de 6,9% no consumo em MWh e um incremento 4,2% no número de consumidores, quando comparados 2012 e 2011. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe, foram: (i) comércio atacadista, que registrou um crescimento de 10,5%, e (ii) serviços diversos, com crescimento de 6,9%. Vale observar que, em 2012, houve migração de clientes comerciais relacionadas às atividades de gerência de escritórios, administração e ensino, para o mercado livre. Portanto, adicionando-se o consumo desses clientes livres à base de clientes cativos da Companhia, as vendas para a classe comercial subiram para 1.377 GWh em 2012, o que representaria um aumento 9,1% em relação a 2011. A classe rural é a terceira maior em relação ao consumo de energia, com uma representatividade de 14,6% em relação ao total de MWh vendidos pela CEMAT, e a segunda maior em relação ao número de consumidores, com representatividade de 13,6% em relação ao total de consumidores da Companhia. O consumo da classe rural em MWh aumentou 12,7%, de 2011 para 2012, e o número de clientes avançou 5,0% nesse mesmo período, adicionando 7,6 mil novos clientes rurais à base da CEMAT. Apontamos a implementação do Programa Luz Para Todos como a principal razão desse crescimento.

A classe industrial passou a ser a quarta mais representativa em relação ao consumo de energia elétrica. Sua representatividade foi de 14,4% em relação ao total de MWh vendidos e 1,7% em relação ao número total de clientes da Companhia. Entre 2011 e 2012, o consumo em MWh apresentou decréscimo de 2,5% e o número de consumidores, um crescimento de 14,6%. Isso significa que clientes com alto consumo migraram para o mercado livre, enquanto diversos novos clientes industrial, com menor consumo, se instalaram na área de concessão da CEMAT.

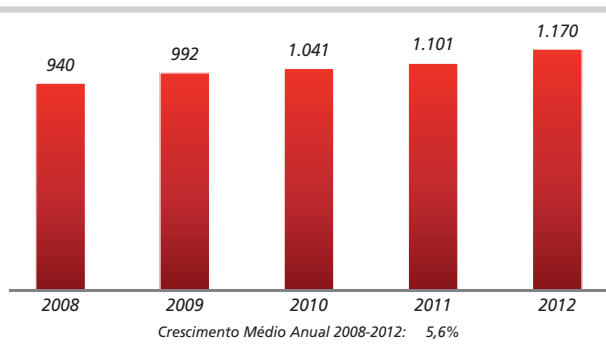
Consumidores

Em 2012, a CEMAT registrou um número total de 1.170.006 unidades consumidoras, representando um crescimento de 6,3% em relação ao ano anterior, o que corresponde a um incremento de 69,3 mil unidades. Esse crescimento se deve principalmente ao aumento das classes residencial e rural, com incrementos de 55,2 mil e 7,6 mil clientes, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011	Var. %
Residencial.....	890.671	835.459	6,6%
Comercial.....	86.166	82.716	4,2%
Rural.....	159.397	151.817	5,0%
Industrial.....	20.467	17.856	14,6%
Sector Público.....	13.020	12.557	3,7%
Própio.....	285	281	1,4%
Total.....	1.170.006	1.100.686	6,3%

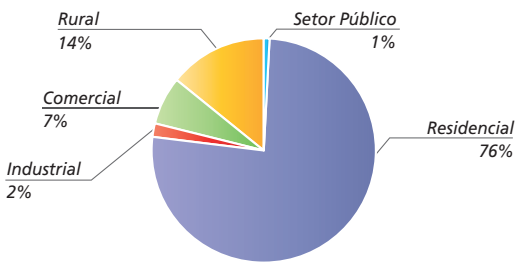
De 2008 a 2012, o número de consumidores cresceu a uma média anual de 5,6%, conforme ilustrado abaixo:

Número de Consumidores (em milhares)



Perfil do Número de Consumidores, em 2012:

Perfil do Número de Consumidores



Desempenho Econômico-Financeiro

Valores em R\$ mil	2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2011-2012	CAGR-2012
Vendas em GWh.....	4.782	5.018	5.143	5.251	5.620	7,0%	4,1%
Número de consumidores.....	940.012	992.368	1.040.781	1.100.686	1.170.006	6,3%	5,6%
Receita operacional bruta.....	1.249.633	1.510.904	2.842.424	3.049.090	3.504.126	14,9%	17,0%
Receita operacional líquida.....	1.297.420	1.678.304	1.956.588	2.009.768	2.344.799	16,7%	17,0%
EBITDA Ajustado (1).....	351.129	380.114	360.668	538.678	251.981	-53,2%	-8,0%
Margem EBITDA (%) (2).....	28,1%	22,6%	18,4%	26,8%	10,7%	-59,9%	-21,4%
Lucro (prejuízo) líquido.....	84.561	149.496	18.605	146.884	(52.879)	-136,0%	
Dívida financeira líquida (3).....	844.847	913.621	1.120.310	1.122.423	1.064.760	-5,1%	6,0%
Dívida financeira líquida/EBITDA.....	2,4	2,4	3,1	2,1	4,2	102,8%	15,1%
Patrimônio líquido.....	1.129.436	1.171.023	1.168.610	1.277.159	1.238.556	-3,0%	2,3%
Índice de endividamento (4).....	42,8%	43,8%	48,9%	48,9%	46,2%	-1,2%	1,9%

(1) EBITDA Ajustado: resultado antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e outros resultados não operacionais;

(2) Margem EBITDA: EBITDA Ajustado/receita operacional líquida;

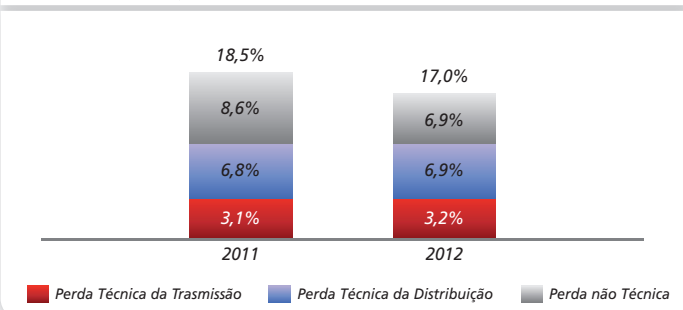
(3) Dívida Financeira Líquida: empréstimos, financiamentos, leasing, debêntures e operações de swap (-) caixa, equivalentes e sub-rogação CCC; e

(4) Índice de Endividamento: dívida financeira líquida/(dívida financeira líquida + patrimônio líquido).

Perdas

Fazer com que os clientes em situação irregular, voltem para a base de faturamento da Companhia. Para isso, foram realizados 22 eventos, ocasião em que foram negociadas mais de R\$ 8 milhões em faturas pendentes, resultando em um retorno de 7,2 mil clientes à base de faturamento.

Perdas de Energia (Faturadas)



Embora tenha havido elevação das perdas técnicas, as ações da Companhia voltadas ao combate e redução de perdas não técnicas, contribuíram para a redução do índice global. Em 2012, o percentual de perdas não técnicas foi de 6,9% em relação aos 8,6% de 2011, contribuindo para a redução do índice global de perdas, que passou de 18,5% em 2011 para 17,0% em 2012.

A partir de 2011, a CEMAT, com intensivo parceria com diversos empresas, por meio de fazer com que os clientes em situação irregular, voltem para a base de faturamento da Companhia. Para isso, foram realizados 22 eventos, ocasião em que foram negociadas mais de R\$ 8 milhões em faturas pendentes, resultando em um retorno de 7,2 mil clientes à base de faturamento.

Ainda no exercício de 2012, a CEMAT deu continuidade a obras de reforma da rede de distribuição e blindagem do sistema de medição, além da substituição de medidores eletromecânicos por eletrônicos e eliminação de unidades consumidoras ligadas sem medição. Paralelamente, e com o intuito de atualizar o cadastro de iluminação pública, a empresa deu continuidade ao levantamento do levantamento de lâmpadas e suas respectivas potências.

DEC/FEC
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes). Além desses a CEMAT acompanha o TMA - Tempo Médio de Atendimento, que mostra o tempo médio em que são atendidas as reclamações e solicitações dos clientes (medido em minutos).

	2012	2011	2011-2012
DEC.....	33,9	29,2	16,1%
FEC.....	24,1	20,8	15,9%
TMA.....	253,4	226,6	11,8%

Valores em base anual

Em 2012, o indicador DEC apresentou uma elevação de 16,1% e o FEC, de 15,9%. Esses aumentos foram impulsionados durante o período chuvoso, nos meses de setembro a dezembro, que contribuiu para o aumento da ocorrência de quedas de galhos de árvores, placas de publicidade, dentre outros, sobre o sistema elétrico da Companhia.

Para redução desses índices, a CEMAT efetuará, em 2013, aumento das estruturas de manutenção e atendimento, além de investimentos em pontos críticos do sistema, tais como a melhoria do sistema de aterramento de algumas linhas de distribuição, construção de alimentadores e reforço de subestações.

O TMA apresentou um aumento de 11,8% em relação ao exercício anterior, em consequência do FEC acidental (comentado anteriormente), o que resultou em um considerável incremento do número de ordens de serviços durante o período chuvoso.

Atendimento aos Clientes

Em 2012, a CEMAT continuou aprimorando a qualidade do atendimento de seus clientes. Para maior agilidade e praticidade no recebimento das solicitações de serviços e atendimento às reclamações dos clientes, a Companhia fez adequações em sua estrutura e canais de atendimento, conforme detalhado a seguir:

- **Call Center** com ampliação do quadro próprio. Foram contratados 47 atendentes, somando mais 22 postos de atendimento (0800 64 64 196);
- **Agências de atendimento** em todos os municípios de Mato Grosso;
- **Internet** melhoria no sistema da agência Web e fale conosco;
- **SMS** é mais uma das inovações sem custos para os clientes. Para solicitação de serviços, o cliente poderá enviar mensagens para o número 27382.
- **Procon** a CEMAT dispõe de uma equipe composta por prepostos, tanto para atendimento como para representatividade em audiências;

Em Outubro de 2012, a CEMAT foi novamente certificada nos processos de tratamento das reclamações, em conformidades com a Resolução 414/10 e a ABNT NBR ISO 10.002:2005.

A seguir, tabela com os números relacionados aos canais de atendimentos:

Canais de Atendimentos, solicitações e reclamações	Em 2012
Número de agências de atendimentos.....	145
Número de atendimentos nas agências.....	1.689.173
Solicitações de Clientes	
Via agência Web.....	3.661.231
Via call center.....	2.814.860
Via SMS.....	735.219
Via Fale Conosco.....	2.665
Reclamações de Clientes	
PROCON.....	3.487
RM 414/10 ANEEL reclamações.....	58.942
Em cumprimento a Resolução Normativa nº 470/11, foi ampliado o horário de atendimento telefônico da Ouvidoria. Agora, o canal está disponível todos os dias úteis das 8:00 às 18:00 horas, prestando ainda um novo serviço, que é o encaminhamento de propostas e sugestões dos clientes, às áreas competentes da CEMAT.	

Receita Operacional

A receita operacional bruta da CEMAT apresentou um aumento de 14,9%, passando de R\$ 3.049,1 milhões em 2011 para R\$ 3.504,1 milhões em 2012, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 7,0% nas vendas em MWh; (ii) aumento de 4,4% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$ ao consumidor final, dividida pelas vendas em MWh); (iii) aumento de 22,9% na receita oriunda do uso da rede, que passou de R\$ 152,4 milhões em 2011 para R\$ 187,4 milhões em 2012; e (iv) aumento de 79,5% nas vendas realizadas no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que passou de R\$ 24,3 milhões em 2011 para R\$ 43,7 milhões em 2012, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Composição da Receita Bruta (R\$ mil)	2012	2011	2011-2012	Var.%
Vendas ao consumidor final.....	2.819.158	2.522.173	11,8%	
Receita de uso da rede.....	187.350	152.422	22,9%	
Receita de construção.....	383.973	285.780	34,4%	
Suprimentos CCEE.....	43.672	24.335	79,5%	
Outras receitas *.....	69.973	64.380	8,7%	
Receita Operacional Bruta.....	3.504.126	3.049.090	14,9%	

* fornecimento não faturado, redução baixa renda, e outras receitas oriundas de prestação de serviços.

Desconsiderando-se portanto a receita de construção, que é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Reporting Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, e que não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esse mesmo valor aparece no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA, a receita bruta registrou um aumento de 12,9%, passando de R\$ 2.763,3 milhões em 2011 para R\$ 3.120,2 milhões em 2012.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$ 1.221,4 milhões em 2012, o que representa um acréscimo de 33,3% em relação aos R\$ 916,0 milhões de 2011, conforme demonstrado abaixo:

Custos do Serviço de Energia Elétrica (R\$ mil)	2012	2011	2011-2012	Var.%
Energia elétrica comprada para revenda.....	(1.069.155)	(785.257)	36,2%	
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição.....	(152.257)	(130.774)	16,4%	
Total.....	(1.221.412)	(916.031)	33,3%	

As principais razões da variação dos custos com a compra de energia elétrica, foram: (i) baixo nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o que levou ao aumento da aquisição de energia proveniente de fontes térmicas, com custos bem mais elevados; e (ii) aumento do volume das compras de energia elétrica no ambiente da CCEE, em decorrência do não cumprimento da entrega de energia por algumas supridoras contratadas em leilão, seja em razão do atraso na construção das usinas, ou pelo cancelamento da outorga pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, juntos, aumentaram 39,4%, passando de R\$ 699,6 milhões em 2011 para R\$ 975,6 milhões em 2012, conforme demonstrado a seguir:

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	2012	2011	2011-2012	Var.%
Pessoal.....	(138.830)	(104.606)	32,7%	
Material.....	(28.200)	(26.495)	6,4%	
Despesa de terceiros.....	(167.845)	(130.520)	28,6%	
Depreciação e amortização.....	(87.255)	(134.025)	-34,9%	
Subvenção CCC.....	9.660	13.196	-26,8%	
Custo de construção.....	(383.973)	(285.780)	34,4%	
Provisões.....	(122.816)	22.434	-551,3%	
Perdas no recebimento de créditos.....	(22.662)	(30.358)	25,4%	
Outros.....	(33.648)	(23.466)	43,4%	
Total dos Custos e Despesas.....	(975.569)	(699.620)	39,4%	

As principais razões dessa variação foram:

- (i) aumento de 32,7% na rubrica pessoal, que passou de R\$ 104,6 milhões em 2011 para R\$ 138,8 milhões em 2012, principalmente devido a: (a) acordo coletivo de reajuste salarial ocorrido em dezembro de 2011 e aplicado em março de 2012. Esse acordo resultou em um reajuste de 8,0%, com benefícios retroativos desde novembro de 2011; (b) dissídio em novembro de 2012, que resultou em um reajuste de 5,99%; (c) aumento do número de pessoal de 3.076 em 2011 para 3.439 em 2012 (somando-se funcionários próprios, terceirizados e estagiários); (d) aumento de 26,6% nas indenizações sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"); (e) aumento de 24,9% no valor do vale alimentação; e (f) aumento de 65,0% na assistência médica terceirizada.
- (ii) aumento de 28,6% no item serviços de terceiros, que passou de R\$ 130,5 milhões para R\$ 167,8 milhões, principalmente devido a: (a) incremento de R\$ 13,0 milhões, entre 2011 e 2012, para manutenção e melhoria do sistema de distribuição; (b) incremento de R\$ 6,5 milhões em consultoria, especialmente na área de informática - para implantação de novos sistemas - e consultoria contratada no processo de reescalonamento da dívida financeira; e (c) reajuste dos valores dos contratos, em geral. A inflação em 2012, medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGPM"), registrou aumento de 7,8%;
- (iii) aumento de 34,4% no custo de construção, que passou de R\$ 285,8 milhões em 2011 para R\$ 384,0 milhões em 2012. Vale reafirmar que a custo de construção é parte dos efeitos da adoção do IFRS e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esse mesmo valor aparece na receita operacional - como receita de construção - resultando em efeito zero no EBITDA; e
- (iv) aumento de R\$ 145,3 milhões nas provisões, que passaram de uma receita de R\$ 22,4 milhões em 2011 para uma despesa de R\$ 122,8 milhões, principalmente devido às mudanças nas estimativas de avaliação, pela nova administração, das contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias, além da mensuração das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). O CPC 25 orienta que as estimativas do desfecho e do efeito financeiro das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são determinadas pelo julgamento da administração, complementados pela experiência de transações semelhantes. Assim, após se integrar das premissas e estimativas usadas para julgamento, a nova administração entendeu que as provisões constituídas não refletem a melhor informação, razão a qual optou pela revisão das estimativas de avaliação.
- O quadro a seguir discrimina os impactos dessas estimativas nos resultados da Companhia nos dois últimos exercícios:

Provisões (R\$ mil)	2012	2011	2011-2012	Var.R\$ mil	Var.%
PECLD.....	(71.369)	(31.844)	(39.525)	124,1%	
Contingências passivas trabalhistas.....	(13.486)	(1.420)	(12.066)	849,7%	
Contingências passivas cíveis.....	(17.163)	(1.010)	(16.153)	1599,3%	
Contingências passivas regulatórias.....	(43.990)	-	(43.990)	-	
Provisão de depósitos judiciais.....	(11.083)	-	(11.083)	-	
Impacto na Demonstração dos Resultados.....	(157.091)	(34.274)	(122.817)	358,3%	

EBITDA

Considerando-se portanto os comentários sobre os resultados da receita operacional, custo do serviço de energia elétrica, bem como os custos e despesas operacionais, a CEMAT encerrou o exercício de 2012 com um EBITDA Ajustado de R\$ 252,0 milhões, representando uma redução de 53,2% em relação aos R\$ 538,7 milhões de 2011.

A seguir, tabela contendo a composição do EBITDA:

Composição do EBITDA (R\$ mil)	2012	2011	2011-2012	Var.%
Lucro/prejuízo líquido do exercício.....	(52.879)	146.884	-141,8%	
Imposto de renda e contribuição social.....	12.463	66.958	-81,4%	
Resultado financeiro.....	188.234	180.275	4,4%	
Depreciação e amortização ⁽¹⁾	95.804	142.338	-32,7%	
EBITDA.....	243.622	536.455	-54,6%	
Sobras no inventário de estoques ⁽²⁾	(1.802)	(2.350)	23,3%	
Ganho/perda na alienação de bens e direitos ⁽³⁾	(2.112)	(5)	42.140,0%	
Perda na desativação de bens e direitos ⁽⁴⁾	19.673	4.248	363,1%	
Ganho no ajuste do VNR ⁽⁵⁾	(7.805)	-	-	
Outros ⁽⁶⁾	405	330	21,5%	
EBITDA AJUSTADO.....	251.981	538.678	-53,2%	

⁽¹⁾ Depreciação e amortização: resultado obtido a partir das demonstrações dos fluxos de caixa;

⁽²⁾ Referem-se às sobras contábeis de materiais em estoque;

⁽³⁾ Refere-se à diferença entre o valor residual contábil e o preço de mercado do bem;

⁽⁴⁾ Refere-se à diferença entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição do material em estoque;

⁽⁵⁾ Resultado apurado pelo ajuste do saldo do ativo financeiro, a ser indenizado ao final da concessão, ajustado pelo Valor Novo de Reposição (VNR), conforme Lei 12.783/13 (MP 579); e

⁽⁶⁾ Outros resultados que não afetam o caixa operacional.

Os itens (2) a (6) foram excluídos do resultado operacional, a fim de compor o EBITDA AJUSTADO, pois referem-se a lançamentos contábeis que não afetam o caixa operacional da Companhia. Outro aspecto a destacar é que, antes da adoção ao IFRS como norma de contabilização, esses resultados compunham a rubrica "Outros Resultados Não Operacionais", que não afetavam o resultado operacional.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 188,2 milhões em 2012, em relação a uma despesa de R\$ 180,3 milhões em 2011, representando um aumento de 4,4%, conforme discriminado na tabela a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2012	2011	2011-2012	Var.%
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras.....	4.317	10.130	-57,4%	
Mútuos com partes relacionadas.....	9.154	12.391	-26,1%	
Juros ativos.....	27.781	12.981	114,0%	
Acrescimos moratórios.....	33.508	36.420	-8,0%	
Marcação a mercado e valor presente (líquida).....	3.771	312	1108,7%	
Total das Receitas Financeiras.....	78.531	72.234	8,7%	
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas.....	(107.413)	(128.623)	-16,5%	
Variação monetária (líquida).....	(26.258)	(22.457)	16,9%	
Juros/multas.....	(100.092)	(62.658)	59,7%	
Operações de swap (líquida).....	(9.384)	(12.962)	-27,6%	
Encargos financeiros - parcelamento da Lei 11.941/2009.....	(14.414)	(17.616)	-18,2%	
Outras despesas financeiras (líquida).....	(9.204)	(8.193)	12,3%	
Total das Despesas Financeiras.....	(266.765)	(252.509)	5,6%	
Resultado Financeiro.....	(188.234)	(180.275)	4,4%	

As principais razões que influenciaram essa variação, foram:

- (i) o aumento de 16,9% nas despesas de juros e multas, que passaram de R\$ 62,7 milhões em 2011 para R\$ 100,0 milhões em 2012, sendo os principais fatores dessa variação: (a) atraso na liquidação do contrato de swap com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), que gerou multa contratual de R\$ 14,8 milhões; (b) juros de R\$ 8,5 milhões devido ao atraso no pagamento de energia comprada para revenda; e (c) juros de R\$ 8,5 milhões devido ao atraso no pagamento de encargos setoriais; e
- (ii) redução de 16,5% nas despesas com encargos de dívida de R\$ 128,6 milhões em 2011 para R\$ 107,4 milhões em 2012, principalmente em razão da redução do endividamento financeiro em 10,0% (vide tópico "Endividamento Financeiro", a seguir).

Quadro de Variações da Dívida Financeira

Dívida Financeira (R\$ mil)	2012		2011		Variação			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	R\$ mil	%	
Moeda Nacional								
Eletrobrás.....	107.074	249.523	356.597	61.422	298.660	360.082	(3.485)	-1,0%
Finame.....	264	186	450	1.323	129	1.452	(1.002)	-69,0%
Investimento.....	30.604	44.524	75.128	41.004	53.321	94.325	(19.197)	-20,4%
Capital de giro.....	98.683	291.980	390.663	115.429	175.516	290.945	99.718	34,3%
Debêntures (2ª emissão).....	170.904	-	170.904	92.010	109.882	201.892	(30.988)	-15,3%
Debêntures (3ª emissão).....	28.511	-	28.511	22.696	72.593	95.289	(66.778)	-70,1%
Debêntures (4ª emissão).....	95.927	-	95.927	16.457	84.059	100.516	(4.589)	-4,6%
Arrendamento mercantil.....	2.712	88	2.800	5.490	2.819	8.309	(5.509)	-66,3%
(-) Custo da transação.....	(7.483)	(2.174)	(9.657)	(5.343)	(9.035)	(14.378)	4.721	-32,8%
Total Moeda Nacional.....	527.196	584.127	1.111.323	350.488	787.944	1.138.432	(27.109)	-2,4%
Moeda Estrangeira								
BID.....	34.423	52.756	87.179	36.763	68.063	104.826	(17.647)	-16,8%
Unit notes.....	-	-	-	11.724	-	11.724	(11.724)	-100,0%
Tesouro nacional.....	2.473	42.106	44.579	3.368	40.538	43.906	673	1,5%
Arrendamento mercantil.....	2.771	30.568	33.339	3.268	31.479	34.747	(1.408)	-4,1%
Operações de swap.....	21.096	-	21.096	58.100	41.482	99.582	(78.486)	-78,8%
(-) Cauções.....	-	(38.683)	(38.683)	-	(34.907)	(34.907)	(3.776)	10,8%
Total Moeda Estrangeira.....	60.763	86.747	147.510	113.223	146.655	259.878	(112.368)	-43,2%
Total da Dívida Financeira.....	587.959	670.874	1.258.833	463.711	934.599	1.398.310	(139.477)	-10,0%
Caixa e equivalentes.....	(122.628)	-	(122.628)	(158.896)	-	(158.896)	36.268	-22,8%
Sub-rogação CCC.....	(71.445)	-	(71.445)	(98.118)	(18.873)	(116.991)	45.546	-38,9%
Dívida Financeira Líquida.....	393.886	670.874	1.064.760	206.697	915.726	1.122.423	(57.663)	-5,1%

Com relação às variações dos saldos da Dívida Financeira entre 2011 e 2012, destacam-se os seguintes pontos:

- (i) em razão das mudanças nas estimativas de avaliação, tema detalhadamente comentado no tópico "Custos e Despesas Operacionais" deste Relatório, e que afetaram consideravelmente o EBITDA, alguns *covenants* financeiros foram descumpridos. Com isso, embora a Companhia tenha obtido anuidade desses credores ("*waivers*"), os saldos desses contratos que estavam no longo prazo, em um total de R\$ 356,6 milhões, foram reclassificados para o curto prazo, uma vez que os *waivers* foram solicitados e concedidos após 31 de dezembro de 2012, de acordo com o Item 74 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Pronunciamento Técnico CPC 26.
- (ii) a 2ª emissão de debêntures reduziu 15,3% (ou R\$ 31,0 milhões) devido às amortizações do período.
- (iii) a 3ª emissão de debêntures reduziu 70,1% (ou R\$ 66,8 milhões), principalmente devido a recompra de 64 debêntures (valor unitário de R\$ 1 milhão), em setembro de 2012, por meio da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário ("CCB").
- (iv) o saldo das operações de swap reduziu 78,8% (ou R\$ 78,5 milhões), principalmente devido a substituição dessas operações por CCBs.
- (v) o incremento de 34,3% (ou R\$ 99,7 milhões) no capital de giro foi principalmente decorrente da migração de parte da 3ª emissão de debêntures (item iii, acima) e parte do saldo das operações de swap (item iv, acima).
- Ainda no exercício de 2012, a CEMAT concluiu a renegociação para alongamento do prazo de amortização de mais de 90,0% dos seus contratos financeiros de capital de giro e financiamento. Com isso, os perfis das amortizações da maior parte dessas operações foram alongados para 2017, porém, com algumas exceções que, embora tenha mantido o prazo original de liquidação, tiveram seus perfis readequados de forma a aliviar o fluxo de pagamento de curtíssimo prazo. Outra exceção foi a 4ª Emissão de Debêntures, que teve seu vencimento prorrogado de 2017 para dezembro de 2021, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), que suspendeu o pagamento do principal até junho de 2013, ocasião em que a CEMAT efetuará somente o pagamento dos encargos.

Quadro de Variações da Dívida Total

Dívida Total (R\$ mil)	Curto Prazo	Longo Prazo	2012	Curto Prazo	Longo Prazo	2011	Variação	
			Total			Total	R\$ mil	%
Dívida financeira.....	587.959	670.874	1.258.833	463.711	934.599	1.398.310	(139.477)	-10,0%
Parcelamento de impostos.....	80.817	151.392	232.209	68.261	107.445	175.706	56.503	32,2%
Total.....	668.776	822.266	1.491.042	531.972	1.042.044	1.574.016	(82.974)	-5,3%
Caixa e equivalentes.....	(122.628)	-	(122.628)	(158.896)	-	(158.896)	36.268	-22,8%
Sub-rogação CCC.....	(71.445)	-	(71.445)	(98.118)	(18.873)	(116.991)	45.546	-38,9%
Dívida Líquida.....	474.703	822.266	1.296.969	274.958	1.023.171	1.298.129	(1.160)	-0,1%

O saldo dos parcelamentos de impostos registrou aumento de 32,2% (ou R\$ 45,5 milhões), devido a adesão da Companhia a novos parcelamentos de impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e Contribuição Social).

Indicadores

A evolução na produtividade da empresa pode ser avaliada pelos indicadores abaixo:

Indicadores	2012	2011	Var.%
Consumidor por força de trabalho *.....	340	358	-3,10%
Consumo (MWh) por força de trabalho *.....	1.634	1.707	-6,40%
Consumo (MWh) por consumidor.....	4,80	4,77	-3,50%
Receita bruta (R\$ mil) por força de trabalho *.....	1.019	991	-1,70%
Receita bruta (R\$ mil) por consumidor.....	2,99	2,77	1,40%
Bases para os Indicadores			

BALANÇOS SOCIAIS**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (NÃO AUDITADOS)**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2012			31/12/2011		
	R\$			R\$		
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL).....	2.344.799			2.009.768		
Resultado Operacional (RO).....	(40.416)			213.842		
Folha de Pagamento Bruta (FPB).....	156.594			140.638		
		% sobre			% sobre	
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
2. Indicadores sociais Internos						
Alimentação.....	15.748	10,1	0,7	12.658	9,0	0,6
Encargos sociais compulsórios.....	28.705	18,3	1,2	31.008	22,0	1,5
Previdência privada.....	2.948	1,9	0,1	2.690	1,9	0,1
Saúde.....	8.716	5,6	0,4	5.432	3,9	0,3
Segurança e medicina no trabalho.....	1.891	1,2	0,1	911	0,6	0,0
Educação.....	52	0,0	0,0	2	0,0	0,0
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	31	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Auxílio-creche.....	233	0,1	0,0	177	0,1	0,0
Participação dos empregados nos lucros ou resultados.....	7.140	4,6	0,3	6.850	4,9	0,3
Participação dos administradores no resultado.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Vale-transporte - excedente.....	348	0,2	0,0	274	0,2	0,0
Outros benefícios.....	243	0,2	0,0	233	0,2	0,0
Total indicadores sociais internos.....	66.055	42,2	2,8	60.235	42,8	2,8

	% sobre			% sobre		
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
3. Indicadores Sociais Externos						
Educação.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Cultura.....	-	0,0	0,0	175	0,1	0,0
Saúde e saneamento.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Esporte e lazer.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Combate à fome e segurança alimentar.....	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Doações/contribuições.....	222	(0,5)	0,0	467	0,2	0,0
Subtotal.....	222	(0,5)	0,0	642	0,3	0,0
Programas Sociais:						
Programa Nacional de Universalização - Luz para Todos.....	149.117	(369,0)	6,4	68.666	32,1	3,4
Total de contribuições para a sociedade.....	149.339	(369,5)	6,4	69.308	32,4	3,4
Tributos (excluídos encargos sociais).....	987.482	(2.443,3)	42,1	911.872	426,4	45,4
Total indicadores sociais externos.....	1.136.821	(2.812,8)	48,5	981.180	458,8	48,8

	% sobre			% sobre		
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
4. Indicadores Ambientais						
Estação ecológica - Fauna/Flora.....	890	(2,2)	0,0	1.121	0,5	0,1
Total de indicadores ambientais.....	890	(2,2)	-	1.121	0,5	0,1

Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa

	31/12/2012			31/12/2011		
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT.....	4.214	(10,4)	0,2	3.185	1,5	0,2
Estudo de Pesquisa Energética - EPE (MME).....	2.107	(5,2)	0,1	1.593	0,7	0,1
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	10.534	(26,1)	0,4	7.964	3,7	0,4
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	4.214	(10,4)	0,2	3.185	1,5	0,2
Total de investimentos relacionados com a prod./operação da empresa.....	21.096	(52,1)	0,9	15.927	7,4	0,9
Total de indicadores ambientais e invest. relac. com a prod./op. da empresa.....	21.959	(54,3)	0,9	17.048	7,9	1,0

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%

5. Indicadores do corpo funcional (*)

	31/12/2012		31/12/2011	
	(em unidades)		(em unidades)	
Nº de empregados no final do período.....	1.936		1.920	
Escolaridade dos empregados:				
Superior e pós-graduação.....	329		360	
Ensino médio.....	1.504		1.444	
Ensino fundamental.....	103		116	
Faixa etária dos empregados:				
Abaixo de 30 anos.....	713		652	
De 30 até 45 anos (inclusive).....	973		1.037	
Acima de 45 anos.....	250		231	
Nº de admissões durante o período.....	197		326	
Nº de empregados desligados no período.....	175		166	
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....	466		436	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres.....	6,41%		3,90%	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes.....	29,71%		18,5%	
Nº de negros que trabalham na empresa.....	211		975	
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de negros.....	-		1,13%	
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes.....	-		12,0%	
Nº de empregados portadores de deficiência física.....	91		90	
Nº de dependentes.....	-		2.870	
Nº de estagiários.....	50		57	
Nº de empregados terceirizados/temporários.....	1.453		1.099	

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (*)

	2012			METAS 2013		
	28,93			26,13		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho	70			66		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + CIPA	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1.909	no Procon 3487	na Justiça 4067	na empresa 1.814	no Procon 3313	na Justiça 4000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 64%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 65%
Valor adicionado total a distribuir:	Em 31/12/2012: R\$ 1.634.276			Em 31/12/2011: R\$ 1.765.208		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	74,04 % governo (3,24) % acionistas	7,09 % colaboradores(as) 22,10 % terceiros	0,0 % lucros retidos	64,8 % governo 22 % acionistas	4,6 % colaboradores(as) 22,3 % terceiros	6,1 % lucros retidos

7. Outras Informações

a) Nos dados referentes a reclamações e críticas "Na Empresa", foram considerados aqueles que entraram via ouvidoria e, no percentual de críticas atendidas ou solucionadas, considerou-se aquelas que foram atendidas e respondidas ao consumidor.

b) Negros - inclui negros e pardos, homens e mulheres.

c) (*) Informações não auditadas.

Demonstração Complementar ao Relatório da Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	122.628	158.896
Consumidores.....	7	566.494	537.718
Títulos a receber.....	8	6.661	8.771
Rendas a receber.....		3.678	7.173
Tributos a recuperar - Imposto de renda e Contribuição social.....	9	11.323	9.048
Tributos a recuperar - Outros.....	9	22.854	26.337
Estoque.....		20.309	17.381
Serviços em curso.....		35.560	36.019
Aquisição de combustível por conta da CCC.....		980	-
Redução de receita - baixa renda.....	11	7.454	3.552
Sub-rogação - CCC.....	12	71.445	98.118
Outros.....	13	33.356	23.429
Total do ativo circulante.....		902.742	926.442
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Consumidores.....	7	123.824	143.005
Títulos a receber.....	8	50.258	50.258
Partes relacionadas.....	14	124.895	158.940
Depósitos judiciais.....	26	4.017	11.376
Tributos a recuperar - Imposto de renda e Contribuição social.....	9	5.655	6.264
Tributos a recuperar - Outros.....	9	26.576	16.332
Tributos diferidos.....	10	116.531	111.101
Sub-rogação - CCC.....	12	-	18.873
Ativo financeiro - bens da concessão.....	16	801.165	436.081
Outros.....	13	136.658	12.125
Total do realizável a longo prazo.....		1.389.579	964.355
Investimentos.....	15	6.412	6.428
Intangível.....	16	1.517.764	1.649.830
Total do ativo não circulante.....		2.913.755	2.620.613
ATIVO TOTAL.....		3.816.497	3.547.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS.....	30	2.344.799	2.009.768
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda.....		(1.069.155)	(785.257)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição.....		(152.257)	(130.774)
		(1.221.412)	(916.031)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal.....		(72.358)	(44.859)
Material.....		(19.208)	(18.220)
Serviços de terceiros.....		(89.215)	(74.838)
Depreciação e amortização.....		(76.995)	(123.654)
Subvenção - CCC.....		9.660	13.196
Custo de construção.....		(383.973)	(285.780)
Provisão.....		(11.083)	-
Outros.....		(9.279)	(1.723)
		(652.451)	(535.878)
TOTAL DO CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO.....		(1.873.863)	(1.451.909)
LUCRO BRUTO.....		470.936	557.859
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas.....	32	(118.510)	(83.386)
Despesas gerais e administrativas.....	32	(119.393)	(73.254)
Outras receitas operacionais.....	32	12.803	2.230
Outras despesas operacionais.....	32	(98.018)	(9.332)
		(323.118)	(163.742)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		147.818	394.117
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras.....	33	171.792	212.945
Despesas financeiras.....	33	(360.026)	(393.220)
		(188.234)	(180.275)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		(40.416)	213.842
Corrente.....		(23.917)	(42.639)
Diferido.....		11.454	(24.319)
		(12.463)	(66.958)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....		(52.879)	146.884
Lucro líquido básico por ação - R\$			
ON.....		(0,42)	1,16
PN.....		(0,46)	1,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Outros Resultados Abrangentes		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(52.879)	146.884
Resultado Abrangente do Período.....	(52.879)	146.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores.....	17	290.038	183.505
Folha de pagamento.....		2.593	4.297
Obrigações fiscais - Imposto de renda e Contribuição social.....	18	-	7.831
Obrigações fiscais - Outras.....	18	158.360	212.590
Dividendos.....	29	22	15.369
Juros sobre capital próprio.....	29	19.603	19.654
Empréstimos e financiamentos.....	19	271.122	267.740
Financiamento por arrendamento financeiro.....	20	5.482	8.758
Debêntures.....			

Classe de consumidores	Saldos vencidos				Total		
	Saldos vincendos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	31/12/2012	31/12/2011
Não circulante							
Fornecimento Energia (RTE não faturada) sob Liminar.....	2.165	-	-	-	-	2.165	2.165
Parcelamento Energia (Faturas Novadas).....	72.308	-	-	-	-	72.308	77.161
(-) Ajuste a valor presente (a).....	(1.253)	-	-	-	-	(1.253)	(1.234)
Participação financeira do consumidor.....	31.927	-	-	-	-	31.927	39.553
Redução de tarifa irrigação e aquicultura (b).....	2.424	-	-	-	-	2.424	1.964
Comercialização na CCEE (d).....	2.962	-	-	-	-	2.962	5.796
Redução de uso do sistema de distribuição.....	12.201	-	-	-	-	12.201	16.360
Outros.....	1.090	-	-	-	-	1.090	1.240
Total	123.824					123.824	143.005

Do valor total de contas a receber em 31/12/2012, R\$ 153.170 mil (R\$ 146.613 mil em 31/12/2011) se referem a renegociações.

(a) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 8/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte. Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DANAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura", dispôs no artigo 6º que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração".

	Valores em R\$ mil	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2011.....	504	1.964
Apropriado no período.....	-	3.839
Amortizado no período.....	(3.774)	-
Atualizado no período.....	-	98
Valor transferido circulante - não circulante.....	3.477	(3.477)
Saldo em 31/12/2012.....	207	2.424

(c) Redução de uso do sistema de distribuição

Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 3/4/2012, foi concedido para a Companhia os valores de R\$ 88.236 mil, R\$ 20.096 mil e R\$ 1.577 mil, provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. O saldo em 31/12/2012 apresenta-se reduzido em R\$ 45.644 mil, relativo ao período no qual a Companhia encontra-se impedida de aplicar as tarifas homologadas a partir de 8/4/2012. A realização do referido montante está condicionada à regularização financeira dos encargos setoriais, e, posteriormente, reconhecimento da adimplência em Despacho específico da ANEEL.

(d) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores incluído no registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 3.760 mil (R\$ 13.523 mil em 31/12/2011), com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de dezembro de 2012. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas até dezembro de 2012, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

7.2. Perda no valor recuperável (Perda Estimada nos Créditos de Liquidação Duvidosa)

	Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Residencial.....	(17.491)	(12.976)
Industrial.....	(2.829)	(2.310)
Comércio, serviços e outras atividades.....	(7.105)	(7.252)
Rural.....	(1.480)	(902)
Poder Público.....	(21.818)	(1.337)
Iluminação Pública.....	(9.205)	(596)
Serviço Público.....	(11.135)	(3.005)
Outras receitas.....	(306)	(3.466)
Total.....	(71.369)	(31.844)
Movimentação:		
Saldo do início do período/exercício.....	(31.844)	(54.204)
Perdas no período/exercício.....	22.662	30.358
Recuperação de perdas.....	(591)	(383)
Complemento de provisão.....	(61.596)	(7.615)
Saldo do final do período/exercício.....	(71.369)	(31.844)

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida. O valor de recebíveis vencidos e não provisionados em 31/12/2012 é de R\$ 91.698 mil (R\$ 123.367 mil em 31/12/2011).

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes. Foi efetuada a análise individualizada dos créditos a receber da Companhia de Saneamento da Capital - SANECAP e Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - DAE, com base no histórico de recebimento dos últimos 5 (cinco) anos e foi constatada uma estimativa de perda maior do que a que estava constituída. Essa alteração foi a maior responsável pelo crescimento no valor da provisão.

8. TÍTULOS A RECEBER

	Valores em R\$ mil			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Faturas parceladas.....	6.232	8.294	-	-
Outros títulos a receber.....	745	793	-	-
Processo execução de precatórios P.M. de Cuiabá (a).....	-	-	50.258	50.258
Valor de aquisição dos créditos fiscais (b).....	-	-	28.030	28.030
(-) Perda no valor recuperável (b).....	(316)	(316)	(28.030)	(28.030)
Total.....	6.661	8.771	50.258	50.258

(a) Refere-se a Processo de Ação de Execução de Precatório nº 383/2001 contra a Prefeitura de Cuiabá - MT. Atualmente o processo evoluiu do 52º lugar em 2006, para 41º lugar em 2012 na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Prefeitura de Cuiabá.

(b) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou na ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e mantém a discussão judicial visando à sua satisfação. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Valores em R\$ mil			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Impostos de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a).....	7.249	8.245	4.441	4.692
Contribuição social (a).....	881	803	1.214	1.572
IRRF.....	3.192	-	-	-
Subtotal.....	11.323	9.048	5.655	6.264
Outros impostos e contribuições a compensar:				
ICMS (b).....	20.746	26.653	26.398	20.587
(-) Ajuste a valor presente (b).....	-	(1.350)	-	(4.345)
ICMS ajustado.....	20.746	25.303	26.398	16.242
Pis Não Cumulativo - Lei 10.637/02.....	60	-	-	-
Cofins Não Cumulativo - Lei 10.833/03.....	276	-	-	-
INSS.....	1.772	1.034	-	-
ISS - Demanda.....	-	-	178	90
Subtotal.....	22.854	26.337	26.576	16.332
Total.....	34.177	35.385	32.231	22.596

(a) Salvos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2012 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas a maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 18), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível será recuperado em até 48 (quarenta e oito) meses. A Companhia procedeu, até dezembro/2011, ao cálculo do AVP - Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 11,36% a.a..

	Saldos vencidos				Total		
	Saldos vincendos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	31/12/2012	31/12/2011
10. TRIBUTOS DIFERIDOS							
10.1. Composição das despesas com impostos							
O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:							
	31/12/2012		31/12/2011		Valores em R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social			
Composição da receita (despesa) com impostos:							
Impostos correntes.....	(17.462)	(6.455)	(30.284)	(12.355)			
Impostos diferidos - variação líquida.....	8.418	3.036	(17.609)	(6.710)			
	(9.044)	(3.419)	(47.893)	(19.065)			
10.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro							
Valores em R\$ mil							
	31/12/2012		31/12/2011				
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social			
Reconciliação para taxa efetiva Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social.....	(40.416)	(40.416)	197.138	197.138			
Adições (exclusões) permanentes							
Despesas indedutíveis.....	162	162	624	624			
Multas indedutíveis.....	29	-	1.364	-			
Gratificações/participações dos Administradores.....	230	-	563	-			
Doações.....	162	162	-	-			
Efeitos da Lei nº 11.638/2007.....	17.077	17.077	(10.970)	(10.970)			
Multas regulatórias.....	-	-	(15.693)	-			
Componente financeiro.....	-	-	23.728	23.728			
Outras.....	(96)	-	(1.794)	1.317			
Subtotal.....	17.564	17.401	(2.178)	14.699			
Base de cálculo dos impostos	(22.852)	(23.015)	194.960	211.837			
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%			
Saldo apurado.....	5.713	2.071	(48.740)	(19.065)			
Créditos sobre incentivos fiscais.....	492	-	847	-			
Créditos Não Constituídos - IN CVM 371/2002.....	(15.249)	(5.490)	-	-			
Receita (despesa) com impostos.....	(9.044)	(3.419)	(47.893)	(19.065)			
Taxa efetiva.....	-22,38%	-8,46%	24,29%	9,67%			
10.3. Ativo fiscal diferido							
Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis.							
	Valores em R\$ mil						
	31/12/2012		31/12/2011				
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social			
Natureza							
Provisão para contingências trabalhistas e cívicas (a).....	85.722	85.722	2.430	2.430			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a).....	99.715	99.715	60.190	60.190			
Prejuízos fiscais e base negativa (b).....	156.923	382.910	187.743	413.651			
Ajustes da Lei nº 11.638/2007 (c).....	1.553	1.553	16.606	16.606			
Estudo IN CVM 371/02 (d).....	(60.996)	(60.996)	-	-			
Base de cálculo dos impostos diferidos.....	282.919	508.905	266.969	492.877			
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%			
Impostos diferidos não circulante.....	70.730	45.801	66.742	44.359			

	Valores em R\$ mil			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reconciliação para taxa efetiva Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social.....	(40.416)	(40.416)	197.138	197.138
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis.....	162	162	624	624
Multas indedutíveis.....	29	-	1.364	-
Gratificações/participações dos Administradores.....	230	-	563	-
Doações.....	162	162	-	-
Efeitos da Lei nº 11.638/2007.....	17.077	17.077	(10.970)	(10.970)
Multas regulatórias.....	-	-	(15.693)	-
Componente financeiro.....	-	-	23.728	23.728
Outras.....	(96)	-	(1.794)	1.317
Subtotal.....	17.564	17.401	(2.178)	14.699
Base de cálculo dos impostos	(22.852)	(23.015)	194.960	211.837
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado.....	5.713	2.071	(48.740)	(19.065)
Créditos sobre incentivos fiscais.....	492	-	847	-
Créditos Não Constituídos - IN CVM 371/2002.....	(15.249)	(5.490)	-	-
Receita (despesa) com impostos.....	(9.044)	(3.419)	(47.893)	(19.065)
Taxa efetiva.....	-22,38%	-8,46%	24,29%	9,67%

	Valores em R\$ mil			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reconciliação para taxa efetiva Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social.....	(40.416)	(40.416)	197.138	197.138
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis.....	162	162	624	624
Multas indedutíveis.....	29	-	1.364	-
Gratificações/participações dos Administradores.....	230	-	563	-
Doações.....	162	162	-	-
Efeitos da Lei nº 11.638/2007.....	17.077	17.077	(10.970)	(10.970)
Multas regulatórias.....	-	-	(15.693)	-
Componente financeiro.....	-	-	23.728	23.728
Outras.....	(96)	-	(1.794)	1.317
Subtotal.....	17.564	17.401	(2.178)	14.699
Base de cálculo dos impostos	(22.852)	(23.015)	194.960	211.837
Alíquotas.....	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado.....	5.713	2.071	(48.740)	(19.065)
Créditos sobre incentivos fiscais.....	492	-	847	-
Créditos Não Constituídos - IN CVM 371/2002.....	(15.249)	(5.490)	-	-
Receita (despesa) com impostos.....	(9.044)	(3.419)	(47.893)	(19.065)

do principal, da 17ª a 42ª a amortização será na razão de 1,388850% do principal, da 43ª a 48ª a amortização será na razão de 2,777933% do principal, da 49ª a 54ª a amortização será na razão de 3,2408883% do principal. Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de CDI mais 4,83% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). No período findo em 31/12/2012 foram amortizados R\$ 1.077 mil (R\$ 885 mil em 31/12/2011). Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
2012.....	-	1.077
2013.....	1.657	792
2014.....	-	519
2015.....	-	295
2016.....	-	50
Total	1.657	2.733

Os recursos obtidos por meio destas emissões serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos.

c. 4º emissão: Em 5/10/2011 em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante total de no mínimo R\$ 50.000,00 e máximo R\$ 100.000,00. A emissão será composta de no mínimo 500 e no máximo 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$ 100.000,00.

Em 19/10/2011 foram emitidas 1.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00, perfazendo um total de R\$ 100.000.000,00.

O prazo de vencimento das debêntures é de 6 (seis) anos a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a 69ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 4 sessões, em 7/5/2012, 8/5/2012, 11/5/2012 e 14/5/2012 foi aprovado a celebração do segundo e terceiro aditamentos à Escritura de Emissão alterando o prazo e data de vencimento das Debêntures. O pagamento será em 122 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 19/12/2021, em 99 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 3 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a última em 19/4/2012; as 95 parcelas subsequentes no valor correspondente a 0,9826% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 4ª parcela em 19/1/2014 e da 98ª parcela em 19/11/2021 e a 99ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devidas na data do vencimento, ou seja, em 19/12/2021.

A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês.

Esta operação tinha uma taxa de juros efetiva inicial de CDI mais 5,54% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Em virtude da alteração do vencimento e nº de parcelas a taxa efetiva desta operação passou a ser de CDI mais 4,89% a.a.. No período findo em 31/12/2012 foram amortizados R\$ 973 mil (R\$ 212 mil em 31/12/2011). Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
2012.....	-	973
2013.....	3.427	1.007
2014.....	-	768
2015.....	-	574
2016.....	-	356
2017.....	-	101
2018.....	-	-
2019.....	-	-
2020.....	-	-
2021.....	-	-
Total	3.427	3.779

Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

21.4. Vencimento das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Moeda nacional	Custo da transação	Valores em R\$ mil	
			31/12/2012	31/12/2011
2013.....	-	-	115.085	-
2014.....	-	-	70.046	-
2015.....	-	-	38.299	-
2016.....	-	-	24.246	-
2017.....	-	-	14.396	-
2018.....	-	-	-	-
2019.....	-	-	-	-
2020.....	-	-	-	-
2021.....	-	-	-	-
Total	-	-	262.072	-

Vide nota explicativa nº 22.2 (d).

21.5. Movimentação

Vencimento	Circulante	Não circulante	Valores em R\$ mil	
			31/12/2012	31/12/2011
Saldo em 31/12/2011	129.113	262.072	391.185	-
Encargos.....	30.038	-	30.038	-
Variação monetária.....	6.305	4.696	11.001	-
Transferências.....	271.230	(271.230)	-	-
Pagamentos de principal.....	(102.777)	-	(102.777)	-
Pagamentos de juros.....	(40.616)	-	(40.616)	-
Transferência de custo de transação.....	(4.462)	4.462	-	-
Apropriação de custo de transação.....	1.428	-	1.428	-
Saldo em 31/12/2012	290.259	-	290.259	-

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com instituições financeiras, em sua maioria, de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia não possuem verificadores nem chamada de margens.

a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor justo. Na rubrica consumidores (vide nota explicativa nº 7) foi apurado uma perda estimada no valor recuperável, assim, o valor recuperável pode ser considerado uma estimativa de seu valor justo. Os ativos financeiros - bens da concessão (vide nota explicativa nº16) representa os investimentos não depreciados, assim a Companhia estima que o valor justo dos mesmos é o valor novo de reposição (VNR) com base nos laudos de revisão tarifária, em 2011 é próximo ao valor contábil. As operações com partes relacionadas estão a valor justo.

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro a seguir, incluem os valores de capital de giro em reais (CDI, IPCA e Pré), *BID*, entre outras operações financeiras, conforme demonstrados na nota explicativa nº 19. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelo custo amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Financeiras, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente são muito baixas.

Valores em R\$ mil

Ativos Financeiros	Nota	Categoria	Valores em R\$ mil			
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa.....	6	Valor justo por meio de resultado	122.628	122.628	158.896	158.896
Consumidores.....	7	Empréstimos e recebíveis	690.318	690.318	680.723	680.723
Títulos a receber.....	8	Empréstimos e recebíveis	56.919	56.919	59.029	59.029
Partes relacionadas..	14	Empréstimos e recebíveis	124.895	124.895	158.940	158.940
Ativo financeiro - bens da concessão..	16	Disponível para venda	801.165	801.165	436.081	436.081
Sub-rogação CCC....	12	Empréstimos e recebíveis	71.445	71.445	116.991	116.991
Passivos Financeiros						
Fornecedores.....	17	Mensurado pelo custo amortizado	290.038	290.038	183.505	183.505
Empréstimos e.....	19	Mensurado pelo custo amortizado	917.524	917.524	871.173	871.349
Financiamento por arrendamento.....	20	Mensurado pelo custo amortizado	29.954	29.954	36.370	36.370
Debêntures.....	21	Mensurado pelo custo amortizado	290.259	290.259	391.185	391.185
Operações de swap..	22	Valor justo por meio de resultado	21.096	21.096	99.582	99.582

Hierarquia do valor justo:

Ativos	Valor contábil	Valores em R\$ mil			
		Nível 1	Nível 2	Contábil	Nível 1
Caixa e equivalentes de caixa..	122.628	55.878	66.750	158.896	39.527
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos.....	21.096	-	21.096	99.582	-
A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo nível 3.					

b. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

c. Obrigações expostas a variação cambial

Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de swap, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos *Unit Notes*.

d. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de outros ativos e passivos

Objetivo de hedge de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valores em R\$ mil		
			31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Operações passivas					
Objetivo de hedge de risco de mercado (a)					
Swap BID					
Banco Societé Générale.....	-	-	-	(5.380)	-
Ponta ativa.....	-	-	-	5.013	-
Ponta passiva.....	-	-	-	10.393	-
Saldos pendentes a pagar.....	-	-	-	-	-
Banco Itaú BBA S.A.....	-	-	-	(15.735)	-
Ponta ativa.....	-	-	-	15.342	-
Ponta passiva.....	-	-	-	31.077	-
Unibanco S.A.....	-	-	-	(5.299)	-
Ponta ativa.....	-	-	-	5.173	-
Ponta passiva.....	-	-	-	10.472	-
Saldos pendentes a pagar.....	-	-	-	-	-
J. P. Morgan S.A.....	-	-	-	(39.093)	-
Ponta ativa.....	-	-	-	38.801	-
Ponta passiva.....	-	-	-	77.894	-
Saldos pendentes a pagar.....	-	-	-	-	-
Total BID	-	-	-	(65.507)	-

Swap UNIT NOTES

Unibanco S.A.....

Ponta ativa.....

Ponta passiva.....

Saldos pendentes a pagar.....

Total BID.....

Swap UNIT NOTES

Unibanco S.A.....

Ponta ativa.....

Ponta passiva.....

Merrill Lynch.....

Ponta ativa.....

Ponta passiva.....

Saldos pendentes a pagar (b).....

Total UNIT NOTES.....

TOTAL GERAL.....

Passivo circulante.....

Passivo não circulante.....

(a) Para mais informações sobre as dívidas em questão, vide nota explicativa nº 19.

(b) O respectivo saldo refere-se a perdas com operações de derivativos, cujo vencimento de liquidação foi fevereiro/2012.

Esta operação está atualizada com multa e juros no valor de R\$ 3.517 mil, sendo o saldo de principal no valor de R\$ 17.579 mil, totalizando R\$ 21.096 mil.

Movimentação das contas patrimoniais de operações com swap:

Saldo em 31/12/2011	Valores em R\$ mil	
	Circulante	Não circulante
Atualização.....	(7.831)	(1.553)
Transferências.....	(46.091)	46.091
Pagamentos.....	93.102	-
Ajuste a valor Justo.....	1.341	(3.056)
Encargos por atraso de pagamento.....	(3.517)	-
Saldo em 31/12/2012	(21.096)	(21.096)

Resultado com derivativos

O resultado efetivo decorrente de operações de instrumentos financeiros derivativos é apresentado na nota explicativa nº 33 "Resultado Financeiro".

e. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia possui apenas operações de swap, não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

f. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional: Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuir garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US\$) (vide nota explicativa nº 19). Esta garantia destina-se exclusivamente a liquidação do principal da dívida com vencimento em abril/2024, não se permitindo o ressarcimento de tais garantias em amortizações antecipadas.

g. Garantias: As garantias dadas são mencionadas na nota explicativa nº 19 e não existem garantias tomadas.

h. Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições de instrumentos derivativos abertos dos contratos de swap em 31/12/2012. Os swaps da Companhia celebram uma troca de fluxos de caixa, onde ela se compromete a pagar a variação do IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Como estas operações visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o IGP-M, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas. Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor justo apresentado no item d.

Objetivo de hedge de risco de mercado	Risco	Valores em R\$ mil		
		Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Swap Unit Notes				
Merrill Lynch.....	IGPM + 4,20%	169	(70)	(309)
Total geral		169	(70)	(309)

22.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

22.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 7.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 7.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, consequentemente, contratação de instrumentos derivativos junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

As operações de hedge cambial estão atreladas ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o swap cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do *Unit Notes* (vide nota explicativa nº 19).

Os principais riscos de mercado que podem afetar o resultado da Companhia é o risco de variação do dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia também apresenta risco cambial referente a compra de energia elétrica de Itaipu Binacional, pois os preços são em dólares. Todavia, a compra dessa energia faz parte da "Parcela A" que tem sua recuperação garantida. Assim, no caso de uma expressiva valorização cambial, o fluxo de caixa da Companhia poderá sofrer variações significativas.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas nº 6, nº 19, nº 20 e nº 21.

Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Com relação aos derivativos, representados por swaps que visam proteger dívidas em moeda estrangeira, a ponta passiva foi sensibilizada no item "f - teste de sensibilidade", enquanto a ponta ativa se encontra sensibilizada no quadro a seguir:

• Risco Cambial

Exposição e análise de sensibilidade para operações denominadas em dólar:

Exposição líquida	Cenário provável	Valores em R\$ mil	
		Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
Recebíveis.....	38.683	2.469	12.757
Passivos Financeiros			
Mensurado pelo valor justo através do resultado.....	(165.098)	(10.537)	(54.446)
Mensurado pelo custo amortizado.....	-	-	-
Total	(126.415)	(8.068)	(41.689)

Para fins de exposição líquida para operações denominadas em dólar, bem como, para a realização da análise de sensibilidade, a Companhia considerou os instrumentos de proteção conjuntamente com os itens que geram exposição cambial.

• Risco de indexadores

Ativos Financeiros

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Está representada como segue:

	Valores em R\$ mil					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Provisão		Depósitos judiciais	Provisão		Depósitos judiciais
No exercício	Saldo	No exercício		Saldo		
Cíveis - Consumidores (a)	27.236	17.163	1.792	(10)	1.010	4.798
Trabalhistas (b)	12.066	13.486	1.434	(64)	1.420	6.491
Auto infração ANEEL (c)	43.990	43.990	-	-	-	-
Fiscais e tributárias (d)	-	-	704	-	-	-
ISS	-	-	87	-	-	87
Total	83.292	74.639	4.017	(74)	2.430	11.376
	Cíveis		Trabalhistas		Fiscais	
	Regulatórios		Total			
Saldo em 31/12/2011	1.010	1.420	-	-	-	2.430
Constituição	16.980	13.235	-	43.990	74.205	
Baixas/reversão	(827)	(1.169)	-	-	(1.996)	
Saldo em 31/12/2012	17.163	13.486	-	43.990	74.639	

Contingências passivas possíveis de perdas (e):

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórios	Total
31/12/2011	13.321	4.282	-	-	17.603
31/12/2012	148.896	17.527	535.264	-	701.687

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

• Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

(c) Os processos regulatórios, envolvem autos de infração lavrados pelos órgãos reguladores federal (ANEEL) e estadual (AGER MT), oriundos de não conformidades identificadas nas fiscalizações. Foram consideradas como de provável perda as ações que se encontram em discussão nas esferas administrativas e judiciais.

(d) Dos processos em curso:

• O processo administrativo decorrente de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM nº 16741001600003200516 foi julgado parcialmente procedente, cancelando parte da penalidade. O saldo remanescente foi objeto de pedido de compensação que aguarda análise da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso;

• O AIIM nº 16741001600012200811 tem por objeto os valores de ICMS sobre a demanda contratada que deixaram de ser recolhidos por força de liminares concedidas em ações ajuizadas por usuários de energia;

• Os Autos de Infração AIIM nº 16741001600008200810 e 117956001600001200712 referem-se a crédito supostamente indevido do diferencial de alíquota de ICMS relativo à aquisição de mercadorias destinadas ao ativo permanente da empresa;

• O Termo de Intimação nº 122752000032012366, lavrado em 26 de Outubro de 2012, alega que a companhia deixou de recolher o ICMS - Diferencial de Alíquota - devido pela entrada no Estado de mercadorias destinadas ao Ativo Imobilizado ou ao Uso e Consumo. Se a Companhia não sair vencedora nesses processos administrativos, ingressará com ação judicial para anular os referidos autos de infração. Estas infrações têm probabilidade de perda remota para a Companhia.

(e) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas, cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria às discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

27. OUTROS PASSIVOS

	Valores em R\$ mil			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamento de consumidores	1.049	4.711	6.436	-
Valores a reembolsar - empregados	7	17	-	-
Empréstimo compulsório - Eletronbrás	570	570	-	-
Encargos tarifários	3.779	4.017	-	-
Entidades seguradoras	365	457	-	-
Convênios de arrecadação	1.341	1.329	-	-
Santa Gabriela Energética S.A.	-	233	-	11.404
Valores e encargos a recuperar	-	-	-	-
tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.202
Subvenção PIS - CCC	-	-	788	618
Subvenção COFINS - CCC	-	-	3.630	2.845
Plano de Universalização (a)	-	-	137.186	-
Outros	2.402	2.312	520	520
Total	9.513	13.646	160.761	27.589

(a) As Resoluções Homologatórias da ANEEL nº 223/2003, nº 368/2009, nº 250/2007 e nº 488/2012 estabelecem as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras. O plano prevê que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação prevista no programa anual, ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado serão restituídos pela concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo o Programa Anual. Os valores deverão ser reembolsados aos consumidores até o final do ano de 2014 (vide nota explicativa 16.1).

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital social
O capital social da Companhia em 31/12/2012 e 31/12/2011 é de R\$ 710.197 mil, representado por 118.853 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 41.018 ações ordinárias e 77.835 ações preferenciais, cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Valores em R\$ mil					
	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	% Preferenciais	%	Total	%	
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	25.365	61,84	22.078	28,36	47.443	39,92
Inepar S.A Indústria e Construções	10.794	26,32	8.323	10,69	19.117	16,08
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRONBRÁS	2.109	5,14	46.521	59,77	48.630	40,92
Outros	2.750	6,70	913	1,18	3.663	3,08
Total	41.018	100,00	77.835	100,00	118.853	100,00

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias.

28.2. Reservas de lucros

	Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Reserva legal	20.882	20.882
Reserva especial de dividendos não distribuídos (a)	15.335	-
Reserva de investimento	268.267	303.202
Total	304.484	324.084

(a) A A.G.O. de 30/4/2012 ratificou a decisão da Reunião do Conselho de Administração (RCA) ocorrida em 23/4/2012 a respeito da retenção do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Os valores foram registrados como "Reserva especial de dividendos não distribuídos" e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir, na forma do artigo 202, § 5º, da Lei nº 6.404/1976.

28.3. Outros resultados abrangentes

	Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Reserva de reavaliação	223.875	242.878
Total	223.875	242.878

29. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Demonstramos a seguir o cálculo dos dividendos mínimos e propostos relativos aos exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011:

	Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	-	146.884
Prejuízo acumulado decorrente das mudanças de práticas contábeis	-	-
Base de cálculo para dividendos	146.884	(7.344)
(-) Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para dividendos mínimos	139.540	139.540
Percentual sobre o lucro	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos:	-	-
Dividendos	-	15.335
Juros sobre o capital próprio	-	23.000
Imposto de renda retido na fonte	-	(3.450)
	-	19.550
Total	-	34.885

	31/12/2012		31/12/2011	
Dividendos:	15.369	29	15.335	7
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	15.335	7
Transferência de juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Transferência para reserva especial de dividendos não distribuídos (a)	(15.335)	-	-	-
Dividendos pagos	(12)	(2)	-	-
Saldo no final do exercício	22	15.369	22	15.369
Juros sobre capital próprio (JCP):	19.654	5.217	23.000	(7)
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
JCP propostos	-	-	23.000	(7)
Transferência para dividendos	-	-	-	-
JCP pagos	(51)	(8.556)	-	-
Saldo no final do exercício	19.603	19.654	19.603	19.654
Saldo total de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)	19.625	35.023	19.625	35.023

(a) Vide nota explicativa nº 28.2.

30. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA BRUTA DE VENDAS	3.504.126	3.049.090
Fornecimento de energia elétrica	1.381.144	1.240.665
Disponibilização do sistema de distribuição	1.676.236	1.478.071
Suprimento de energia elétrica	43.672	24.335
Receita de construção (a)	383.973	285.780
Outras receitas	19.101	20.239
Total da receita bruta de vendas	3.504.126	3.049.090

30.1. Receita bruta de vendas

	31/12/2012		31/12/2011	
Residencial	20.467	17.856	1.970.023	1.798.630
Industrial	86.166	82.716	806.826	827.774
Comercial, serviços e outras atividades	159.397	151.817	1.303.934	1.219.582
Rural	11.139	10.765	818.150	726.036
Poder público	748	701	299.933	282.119
Iluminação pública	1.133	1.091	248.583	227.389
Serviço público	285	281	162.306	159.164
Consumo próprio	-	-	10.137	10.131
Fornecimento não faturado	-	-	-	-
Receita do uso da rede	-	-	-	-
Fornec. não faturado - Diferimento de TUSD	-	-	-	-
Fornec. não faturado - Reposição tarifária	-	-	-	-
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-
Subtotal	1.170.006	1.100.686	5.619.892	5.250.825
Suprimentos - CCEE	-	-	-	723.038
Receita de construção	-	-	-	43.672
Outras receitas	-	-	-	383.973
Total	1.170.006	1.100.686	5.619.892	5.973.863

31. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Valores em R\$ mil			
	31/12/2012		31/12/2011	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Energia de Itaipú - Binacional	1.158.965	1.166.368	(119.892)	(104.137)
Energia de leilão	1.857.501	2.597.685	(220.166)	(162.637)
Energia bilateral	3.424.733	3.495.729	(584.595)	(546.403)
Energia de curto prazo - CCEE	604.189	-	(189.824)	(8.998)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	141.228	134.163	(35.109)	(30.106)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	80.431	67.024
Total	7.186.616	7.393.945	(1.069.155)	(785.257)

32. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2012		31/12/2011	
Despesas:	(11.272)	(37.570)	(52.872)	(19.231)
Pessoal	-	-	(2.328)	(2.946)
Administradores	(115)	(754)	(8.877)	(7.521)
Material	(45.367)	(34.925)	(33.263)	(20.757)
Serviço de terceiros	-	-	(10.245)	(10.355)
Depreciação e amortização	(38)	(77)	(3.177)	(4.293)
Arrendamentos e aluguéis	(83)	(2.305)	(1.444)	(1.496)
Tributos	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(26)	(50)	(1.698)	(257)
Seguros	(39.525)	22.360	-	-
Provisão (líquida de reversão)	(22.662)	(30.358)	-	-
Perdas no recebimento de créditos	578	293	(5.489)	(6.398)
Outros	-	-	-	-
Subtotal de despesas	(118.510)	(83.386)	(119.393)	(73.254)
Outros Resultados:	-	-	-	-
Sobras no inventário de estoques	-	-	-	1.802
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	3.246
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	-	5
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	(19.673)
Ganho no ajuste do VNR	-	-	-	(1.134)
Outros	-	-	-	7.805
Outros	-	-	-	(50)
Subtotal de outros resultados	-	-	-	(12.803)
Total	(118.510)	(83.386)	(119.393)	(73.254)

	31/12/2012		31/12/2011	
Despesas com pessoal:	(8.040)	(30.254)	(52.394)	(29.606)
Remuneração	(2.245)	(7.641)	(6.625)	(6.564)
Encargos sociais - INSS	(663)	(2.170)	(1.479)	(1.682)
Encargos sociais - FGTS	(64)	(622)	(495)	(151)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(240)	(804)	(577)	(696)
Contribuição como mantenedor da Fundação	(20)	3.921	8.698	19.468
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	-	-
Total despesas com pessoal	(11.272)	(37.570)	(52.872)	(19.231)

33. RESULTADO FINANCEIRO

a. Informações dos participantes:

	Planos de Benefícios			Total
	CEMAT BD-I	R CEMAT-OP		
Número Participantes	3	1.915	2.025	3.943
Número Assistidos	72	-	277	349
Número Beneficiários				
Pensionistas (famílias)	52	23	40	115
	127	1.938	2.342	4.407

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação Atuarial 2011	Avaliação Atuarial 2012
1. Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	5,5% - todos os planos	4,5% - todos os planos
2. Taxa de rendimento esperada real sobre os ativos dos planos	5,5% - todos os planos	4,5% - todos os planos
3. Taxa de crescimento salarial futura real		2%
4. Taxa de crescimento real dos benefícios:		
Da Previdência Social	-	-
Do Plano	-	-
5. Taxa de inflação	2,81%	2,94%
6. Fator de capacidade:		
Dos Salários	1,00	1,00
Dos Benefícios	1,00	1,00
7. Tábua de mortalidade geral	AT2000 - Male	AT2000 - Male
8. Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2010, ambos os sexos.	IBGE 2011, ambos os sexos.
9. Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula
10. Tábua de rotatividade	Nula	Nula

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

c. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	CEMAT - BD-I		R		Valores em R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação de benefício definido						
Saldo no início do exercício	42.349	41.092	18.537	12.078	60.886	53.170
Custo do serviço corrente	-	1.242	-	6.459	-	7.701
Custo dos juros	-	2.260	-	664	-	2.924
Benefícios pagos (Ganhos)/Perdas atuariais	-	(4.102)	-	(1.759)	-	(5.861)
-	-	1.857	-	1.095	-	2.952
Saldo no final do exercício	42.349	42.349	18.537	18.537	60.886	60.886
Valor justo dos ativos do plano						
Saldo no início do exercício	41.240	38.016	19.333	14.312	60.573	52.328
Retorno esperado	-	2.091	-	787	-	2.878
Contrib. recebidas do empregador/participantes	-	14	-	1.374	-	1.388
Benefícios pagos (Ganho)/Perda atuarial	-	(4.102)	-	(1.759)	-	(5.861)
-	-	5.221	-	4.619	-	9.840
Saldo no final do exercício	41.240	41.240	19.333	19.333	60.573	60.573
Posição líquida (a) (b)	(1.109)	(1.109)	796	796	(313)	(313)
Não reconhecida	(1.109)	(1.109)	796	796	(313)	(313)
Reconhecida	-	-	-	-	-	-

(a) Apurou-se um déficit no Plano CEMAT BD-I, após a exclusão do ativo, representado por instrumento de confissão de dívida pela patrocinadora. Contudo, a Companhia possui registrado em seu passivo a confissão de dívida (vide item 37.2) que objetiva sanar a insuficiência do plano. O saldo da confissão é 145,8% superior ao déficit. Logo, nenhum déficit é reconhecido do passivo da patrocinadora.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

	JACONIAS DE AGUIAR - Interventor Res. ANEEL nº 3.647/2012		
EDUARDO AUGUSTO GOMES DE ASSUMPÇÃO Diretor Financeiro, Administrativo e de Relações com Investidores		JOUBERT MENEGUELLI Diretor Vice Presidente/Superintendente	Milton Henriques de Carvalho Filho Contador CRC MT 008306/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, após examinarem as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, manifestaram que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, na Assembleia-Geral Ordinária. Cuiabá-MT, 26 de março de 2013.

JOSÉ SAID DE BRITO Conselheiro Efetivo	CEZAR ANTONIO BORDIN Conselheiro Efetivo	VILSON DANIEL CHRISTOFARI Conselheiro Efetivo	CARLOS WAGNER PACHECO Conselheiro Efetivo
--	--	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Interventor da **Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT** Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras da **Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT** ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia está em curso de negociação com seus credores, instituições financeiras, com objetivo de alongar o perfil do seu endividamento, para finalidade de liquidar o serviço da dívida, a amortização e liquidação de compromissos operacionais e financeiros de curtíssimo prazo. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 438.922 mil. A Companhia nos apresentou um fluxo de caixa projetado para um período de 12 meses após data base destas demonstrações financeiras que apresenta uma necessidade de recursos adicionais relevantes nesse período, refletindo seu atual cenário.

Além disso, como descrito nas Notas Explicativas nºs 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras, em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL determinou, cautelarmente, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.647 de 31 de agosto de 2012 e posteriores alterações, a intervenção administrativa na Companhia, por um prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL, e designou interventor, competindo-lhe zelar pelo cumprimento das condições do Contrato de Concessão e a edição de atos de gestão e administração, dentre eles identificar e relatar a ANEEL quaisquer irregularidades na gestão, praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da intervenção, visando defender o interesse público e preservando serviço adequado aos consumidores. Os acionistas da Companhia apresentaram à ANEEL, em 26 de outubro de 2012, um plano de recuperação e correção das falhas e transgressões

(b) Apurou-se um superávit do Plano R. Todavia, um ativo somente é reconhecido pela patrocinadora na extensão do superávit que resultar na possibilidade de redução nas tarifas futuras ou restituições. No Brasil, segundo a Resolução CGPC nº 26/2008, somente poderá existir redução nas contribuições da patrocinadora quando o superávit ultrapassar 25% da reserva matemática. O superávit do plano R não alcançou este limite.

d. Composição dos ativos dos planos

	CEMAT - BD-I		R		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Disponível, gestão previdencial e administrativa	240	5.402	-	794	240	6.196
Investimentos						
Títulos públicos.	14.066	12.624	6.955	5.931	21.021	18.555
Créditos privados e depósitos	15.102	20.471	7.468	9.618	22.570	30.089
Ações	423	836	186	314	609	1.150
Fundos de investimento ...	13.980	5.836	6.550	2.532	20.530	8.368
Imobiliários	2.234	1.221	-	-	2.234	1.221
Empréstimos e financiamentos	451	422	-	158	451	580
Outros realizáveis	-	-	-	2	-	2
Total	46.496	46.812	21.159	19.349	67.655	66.161

37.2. Reconciliação contábil

	Valores em R\$ mil
Confissão de dívida (a)	
Saldo em 31/12/2010	20.716
Despesa do exercício	2.319
Pagamentos de contribuições/dívida	(7.679)
Saldo em 31/12/2011	15.356
Despesa do exercício	1.433
Pagamentos de contribuições/dívida	(8.166)
Saldo em 31/12/2012	8.623

(a) Contas a pagar à Redeprev - Confissão de dívida: em 29/1/2003 foi firmado contrato de Parcelamento de dívida, relativo à reserva matemática no montante de R\$ 23.240 mil que será amortizado em 132 parcelas mensais e sucessivas, sendo a última em 31/12/2013, atualizadas monetariamente pelo INPC + 6% de juros a.a.. Em 18/7/2006 foi firmado um instrumento particular de contrato de amortização de insuficiência atuarial no valor de R\$ 2.500 mil, dos quais R\$ 1.142 mil referem-se à cobertura integral da insuficiência verificada no plano de benefício, e R\$ 1.358 mil com vistas à constituição de fundo de cobertura de oscilação de risco. Esse montante será pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de 30/7/2006 acrescido de juros de 6% a.a. + INPC. O saldo dos contratos em 31/12/2012 resultou no montante de R\$ 8.623 mil no passivo circulante (em 2011 R\$ 15.356 mil, sendo R\$ 7.678 mil no circulante e R\$ 7.678 mil não circulante), integrando o saldo da rubrica "Benefícios pós-emprego".

38. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramo de seguro	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
RO Distribuição	29/5/13	R\$ 100.550	R\$ 155
RCG	29/5/13	R\$ 20.000	R\$ 287
D&O	31/8/13	R\$ 25.000	R\$ 720
Aeronáutico	15/10/13	US\$ 68.000	US\$ 83
Automóvel Facultativo - Casco	30/5/13	R\$ 1.000	R\$ 122
Transportes	01/10/13	R\$ 1.000	R\$ 7
Vida em Grupo (Fatura Novembro)	30/11/12	Capital Básico R\$ 83	R\$ 16
Vida em Grupo (Fatura Novembro)	30/11/12	SP Capital Básico R\$ 83	R\$ 1

Descrição dos riscos:

Riscos Operacionais (RO): a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

Responsabilidade Civil Geral (RCG): cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais.

Seguro de D&O: o objetivo do seguro é o pagamento, a título de perdas, devido a terceiros pelo segurado decorrente de reclamação, resultante da prática de qualquer ato danoso praticado pelo segurado durante o período de vigência da apólice, em decorrência de sua condição de conselheiro, administrador ou diretor da sociedade.

Automóveis: cobertura de Colisão, Incêndio e Roubo (casco) e de Danos Materiais, Corporais e Morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Aeronáutico casco/LUC: casco: garantia ao segurado na perda e/ou avaria da aeronave. LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

Transportes: cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

Vida em grupo: cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial, por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença ocorrida com empregados.

39. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

"Promover a preservação do meio ambiente, a prevenção da poluição e o consumo consciente. Estimular a educação ambiental dos colaboradores, fornecedores e da comunidade. Apoiar entidades de pesquisas, a inovação tecnológica e do setor elétrico associadas ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalho". (Compromisso assumido pela CEMAT em relação ao meio ambiente, em sua Política de Sustentabilidade). Com base nesses valores é que a empresa desenvolve e estabelece uma relação de confiança com seus *stakeholders*.

Em 2012 foi investido mais de R\$ 2.600 mil em programas de meio ambiente, com destaque para a arborização urbana, a recuperação de passivos ambientais e a gestão de resíduos sólidos atendendo à Legislação Vigente.

A educação ambiental é um dos focos de investimentos socioambientais da CEMAT. Por isso, em 2012, a empresa atendendo aos requisitos do Sistema de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança do Trabalho, ministrou os mais diversos cursos com temas variados para o público interno, externo e comunidade no entorno. Capacitando um total de 1.183 colaboradores próprios e terceiros, atingindo a marca de 1.156 horas de treinamentos em assuntos relacionados à segurança e meio ambiente.

(*) Informações não auditadas.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES**40.1. Encargos Setoriais**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 213 de janeiro de 2013, autoriza a Eletrobrás a suspender a cobrança dos encargos Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, bem como financiamentos com recursos da RGR, vencidos e a vencer - não incluídos aqueles que se encontram em execução - até que sobrevenha o termo final da intervenção. No mesmo despacho, são indeferidos os pedidos de parcelamento dos encargos CCC, CDE, RGR e PROINFA, formulados pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica sob intervenção, pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial".

40.2. Revisão Tarifária Extraordinária

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.425, de 24/1/2013 e da Nota Técnica nº 15/2013-SRE/ANEEL de 24/1/2013, homologou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE de 2013 da Companhia. As novas tarifas estarão em vigor no período de 24/1/2013 a 7/4/2013. Essa Resolução revogou os artigos 1º e 2º da Resolução Homologatória nº 1.270 de 03/4/2012, que tratava da homologação do resultado da terceira Revisão Tarifária Periódica e do reposicionamento tarifário da Companhia. Os procedimentos comuns da RTE a todas as distribuidoras foram atribuídos o valor zero à cobertura tarifária referente às quotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, da Reserva Global de Reversão - RGR, redução da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, substituição das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUSTs -, dos Sistemas de Distribuição - TUSDs - e do Transporte de Itaipu; bem como dos encargos de conexão da distribuidora, dentre outros itens.

40.3. Ajuste da Sobre-contratação de Energia

Ao final de novembro de 2012, a Companhia projetava para os anos subsequentes elevados montantes de sobre-contratação de energia, atingindo 50%, 45% e 36% em 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Eventos subsequentes contribuíram para adequar esses níveis de contratação para a faixa regulatória aceitável, inferior a 3%, nos três próximos anos.

Dentre esses eventos destacam-se:

- a) a revogação pela ANEEL, ao final de dez/12 e início de jan/13, da outorga de 16 projetos termelétricos ganhadores do 6º e 7º Leilões de Energia Nova, com os quais a Companhia tinha contratos de compra de energia - CCEARs que foram rescindidos;
- (b) o adiamento pela ANEEL, em jan/13, da data de início da operação comercial de quatro empreendimentos ganhadores do 7º Leilão de Energia Nova;
- (c) a insuficiência de cotas de garantia física para atender às necessidades das distribuidoras decorrentes do termo de contratos em dez/12;
- (d) o cancelamento do Leilão A-1 de 2012.

Além desses eventos, de modo a mitigar os níveis atuais de sub e de sobre-contratação de energia elétrica das concessionárias sob intervenção, a ANEEL, por meio do Despacho nº 482 de 26 de fevereiro de 2013 determinou a cessão compulsória de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") entre a CEMAT e as demais distribuidoras controladas pela Rede Energia em "Recuperação Judicial".

ção Judicial, que deverá ocorrer em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, e conclusão de pagamento em 2034. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros ativos - ativo não circulante

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa No 13 às demonstrações financeiras, sobre a existência em 31 de dezembro de 2012, como parte do registro na rubrica "Outros ativos - Ativo não circulante" o montante de R\$102.985 mil, referente a recursos da Companhia que estavam depositados em instituição financeira originalmente registrados na rubrica de "Aplicações financeiras". A Companhia questiona judicialmente a devolução do recurso, bem como, considera certo o recebimento deste ativo com base na opinião de seu departamento jurídico e de posicionamento da ANEEL, como condição de aprovação do plano de recuperação e transferência do controle da Companhia. Também está descrito na referida nota explicativa, que a Administração (Interventor) avalia os atos praticados pela administração anterior sobre o assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Recuperação Judicial - Rede Energia S.A.

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa nº 1.3 das demonstrações financeiras, que em 19 de dezembro de 2012 as acionistas indiretas da Companhia, bem como sua acionista direta Rede Energia S.A. - "Em Recuperação Judicial" ("REDE") e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia - "Em Recuperação Judicial" ("CTCE") e QMRA Participações S.A. - "Em Recuperação Judicial" ("QMRA"), tiveram seus pedidos de Recuperação Judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida lei a Companhia apresentou em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão (14 de janeiro de 2013) que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, Plano de Recuperação que contee: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A Assembleia Geral de Credores, nos termos da referida lei, votará o referido plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa nº 1.4 das demonstrações financeiras, em 19 de dezembro de 2012, foi celebrado Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças referente a transferência da totalidade de ações do controlador. A efetiva conclusão do negócio está sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) a obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis; (ii) a aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, dentre elas a Companhia, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) a aprovação pelos credores do plano de recuperação a ser apresentado no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuzizada em conjunto com a CTCE, QMRA, EEEV e DENERGE. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram, anteriormente, auditados por outros auditores

independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2012, que conteve abstenção de opinião sobre as múltiplas incertezas mencionadas abaixo já considerando os fatos subsequentes ocorridos até a presente data:

(i) Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, recentemente, a Companhia tem apresentado dificuldades significativas de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. Além disso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 82.136 mil. A Companhia nos apresentou um fluxo de caixa projetado para um período de 12 meses após a data-base destas demonstrações financeiras que apresenta uma necessidade de recursos adicionais relevantes neste período, refletindo seu atual cenário. Adicionalmente, a Companhia é controlada da Rede Energia S.A. a qual possui investimento em sua controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - "Em recuperação judicial" que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. A Administração está em curso de negociação com seus credores - instituições financeiras - com objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da Administração da Companhia. Neste momento,

estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até data de emissão do relatório dos auditores antecessores, eles não obtiveram evidência de auditoria suficiente para concluir sobre estas múltiplas incertezas. As demonstrações financeiras inclusive as notas explicativas não divulgam, integralmente, estes fatos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos da Companhia ainda foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Estes assuntos são mencionados por nós na seção Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras;

(ii) A Companhia possui valores a receber da CELPA no montante de R\$65.099 mil, registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2011. A realização deste saldo está vinculada à satisfatória resolução da incerteza relacionada ao processo de Recuperação Judicial da CELPA, portanto os auditores antecessores entenderam que as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o registro de uma provisão para não recuperação deste valor, o que não foi realizado. Assim, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estavam apresentados a maior. Este assunto é mencionado por nós na seção "Ênfase", devido ao Plano de Recuperação Judicial ter sido aprovado em Assembleia Geral de Credores, datada de 1º de setembro de 2012 e homologado pela

juíza responsável pelo processo;

(iii) As notas explicativas não informaram a posição dos contratos de compra de energia no sentido de estarem atendendo ou não os limites operacionais regulatórios, tampouco foi dado acesso a esta informação aos auditores antecessores. Consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, esta informação sobre eventual exposição de cobertura deveria ter sido divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia divulgou as informações qualitativas e quantitativas sobre o risco de exposição de contratos de compra de energia consolidado e seu acompanhamento tempestivo, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22. Este assunto foi regularizado e não é mencionado por nós na seção base para conclusão com ressalva.

São Paulo, 16 de março de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-MT

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6-S-MT

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S-MT